

**AS VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO INICIAL MEDIANDO A
CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE
ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

Ana Maria Batista Correia285

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO LOCUS FORMATIVO:
DIÁLOGO ENTRE PROFESSOR EXPERIENTE E PROFESSOR
EM FORMAÇÃO**

Ana D'arc Lopes dos Reis287

**SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE ENSINAR MATEMÁTICA NOS
ANOS INICIAIS: REFLEXÃO CRÍTICA E COLABORATIVA DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Isolina Costa Damasceno289

INSTRUÇÕES PARA O ENVIO DE TRABALHOS291

FORMULÁRIO DE PERMUTA295

FICHA DE ASSINATURA297

Editorial

Com esta edição a Revista Linguagens, Educação e Sociedade – Revista LES, diante do esforço em reunir para publicação uma literatura específica no âmbito da educação, pautada no rigor técnico e na qualidade das abordagens sobre os temas a partir dos quais concentra a sequência de textos, evidencia sua relevância no cenário acadêmico-científico, enquanto instrumento de socialização do conhecimento produzido por pesquisadores do campo da educação e conceituada referência na comunidade educacional.

Com o foco na temática mais ampla desta publicação, afirmamos que nos últimos anos tem se verificado expressivo aumento do interesse da comunidade acadêmica pela temática políticas educacionais, realidade expressa pelo significativo crescimento das pesquisas na área. A discussão sobre a responsabilidade do Estado na garantia do direito à educação, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, é publicizada em artigos, livros, dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação da maior parte dos Estados brasileiros. Um exemplo do crescente interesse na área é o fato de que, de 2000 a 2010, os programas classificados pela Capes com nota acima de cinco, produziram 1.305 teses e dissertações sobre política educacional.

A produção na área tem abordado diferentes aspectos das políticas educacionais desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais, contemplando temáticas como organização, planejamento, administração e gestão da educação; avaliação em larga escala e avaliação institucional; qualidade da educação e do ensino; Estado e reformas educacionais; políticas de formação de professor e carreira docente; financiamento da educação e controle social; abordagens teórico-metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais; análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional e políticas inclusivas.

A ênfase na discussão sobre a redefinição do papel do Estado na promoção da educação pública prevalece, especialmente pelo avanço de um modelo que desfavorece a garantia da educação como um direito de cidadania. A referida mudança, observada desde meados dos anos de 1990, se expressa na crescente centralização do go-

verno federal na definição das diretrizes para políticas educacionais, em geral monitoradas pelo processo de avaliação da educação em larga escala, cujas principais expressões são a Prova Brasil, o SAEB, o Enem e o Enade, e em sistema regulado de financiamento da educação, diretamente vinculado ao número de matrículas e à instituição de um novo padrão de gestão, políticas expressas pelo Fundef/Fundeb, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação e pelos Planos de Ações Articuladas, além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A questão central na mudança no padrão de gestão das políticas educacionais desenvolvidas no Brasil está relacionada diretamente à redefinição da relação entre o público e o privado na oferta da educação pública no país, expressando o que alguns autores têm denominado de mercantilização da educação. É possível observar a adoção de um modelo de gestão inspirado na experiência realizada nas empresas, transmutado para o campo educacional mediante padrões de planejamento e avaliação, cuja maior expressão está no controle da qualidade total. A aquisição de pacotes de gestão e sistemas de ensino, por parte de muitas redes públicas de educação no Brasil, tem sido uma das vertentes de propagação deste modelo no país.

Afora estes aspectos, e tão grave quanto, observa-se maior aproximação da relação público-privado mediante inúmeras parcerias para a viabilização de oferta educacional, especialmente educação infantil e ensino profissional e superior, expressas, majoritariamente, pelo Pronatec e Prouni, mecanismos pelos quais, argumentando compromisso com políticas para a democratização do acesso ao ensino, o poder público se desresponsabiliza com a oferta direta e apoia as empresas privadas do campo educacional mediante sistema de financiamento, como convênios, bolsas e isenções. Este sistema tem contribuído para o crescimento deste setor, em detrimento de políticas de qualificação da oferta pública, evidenciado, particularmente, pela precarização das condições de oferta e pela desvalorização dos profissionais da educação.

Neste mesmo contexto de implementação de um modelo de gestão, que desresponsabiliza o Estado com a educação, como uma forma de reação à negação dos direitos de cidadania, verifica-se que setores significativos da sociedade civil organizada criaram estratégias para influenciar no processo de elaboração e discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho deste ano

(2014) no Congresso Nacional. O Plano, em tramitação desde 2010, ignorou o resultado das Conferências municipais, intermunicipais, estaduais e nacional de educação, que encaminharam proposições de aumento da responsabilidade do Estado com a educação, mediante maior compromisso com seu financiamento e com a criação de um efetivo Sistema Nacional de Educação, pautado no regime de colaboração entre as instâncias federadas.

Os aspectos mais controversos do PNE aprovado, que guiará o planejamento educacional do país por 10 anos, estão relacionados à responsabilidade estatal com a oferta pública. Elementos positivos do texto aprovado, que reforçam o compromisso estatal com o financiamento da educação pública, relacionam-se à definição de uma política de financiamento da educação básica. A referida política, baseada num custo-aluno-qualidade, contará com participação decisiva do governo federal para o alcance de um padrão de qualidade em todas as escolas públicas brasileiras. Ademais, como resultado de muita luta dos movimentos e organizações que defendem a educação pública no Brasil, foi aprovado que, até o final do decênio (2024), o poder público deverá alcançar o investimento de 10% do PIB em educação. No entanto, a conquista que poderia representar efetiva melhoria na qualidade da educação, que passaria de 5,5% para 10% do PIB, foi minimizada pelos parlamentares, que optaram por contemplar os interesses privados, incluindo, dentro dos 10%, o financiamento indireto, ou seja, as parcerias do setor público com o privado, como Prouni, Pronatec, além de bolsas e isenções voltadas ao fortalecimento do setor privado.

Os elementos aqui apresentados demonstram a importância das políticas educacionais e dos estudos voltados a este campo, justificando, portanto, o número temático da Revista Linguagem, Educação e Sociedade que aborda as Políticas Educacionais, Diversidade Cultural, Violência na Escola e Cultura da Paz.

A organização estrutural da Revista LES apresenta, primeiramente, os Artigos referentes às temáticas, em seguida, abre duas seções de comunicações, uma na modalidade Resenha Crítica de obras significativas no campo da educação, tanto pela atualidade das discussões que desenvolvem como pela importância das informações que envolvem em suas amplitudes históricas. Outra na modalidade Resumo de Dissertações, cuja finalidade é informar à comunidade acadêmica sobre pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGEd – UFPI, no decorrer do primeiro semestre do ano de 2013.

Ao articular estas produções de abordagens diversas, a Revista Linguagem, Educação e Sociedade, em sua vigésima oitava edição, concentra no seu interior discussões atuais acerca dos referidos campos temáticos para o qual se volta, expressando, em conformidade com o propósito, qualidade acadêmica e aprofundamento na prática de pesquisar e registrar os fatos que constituem a realidade educacional.

Com a expectativa de que as produções expostas neste número contribuam com mais elementos para o aprofundamento das pesquisas neste campo de conhecimento e o crescente incentivo aos atuais e futuros colaboradores, o Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPI põe em circulação a presente edição da Revista Linguagens, Educação e Sociedade.

Para todos, uma boa leitura.
Comitê Editorial

LES
UFPI / CCE
LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

ARTIGOS